

IMPACTOS AOS TRABALHADORES DO CAMPO DIANTE DA CATÁSTROFE CLIMÁTICA NO RIO GRANDE DO SUL

MELINA RODRIGUES TEIXEIRA¹; DANIEL LENA MARCHIORI NETO²

¹Universidade Federal de Pelotas 1 – melinarteixeira@gmail.com1

²Universidade Federal de Pelotas 2 – danielmarchiorineto@gmail.com2

1. INTRODUÇÃO

As políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural são resultado de grandes esforços para incluir a população camponesa, historicamente marginalizada e que sobrevive do trabalho rural, com o objetivo de redução da pobreza rural e a geração de renda, por meio de programas de assistência técnica, financiamentos e incentivo à diversificação das produções agrícolas. Apesar disso, parte significativa dos trabalhadores, em especial da agricultura familiar, ainda vive em condições de vulnerabilidade social e econômica. A partir de dados do Censo Agropecuário de 2017 sabemos que mais de 70% dos estabelecimentos agrícolas do Brasil são de agricultura familiar, famílias essas que detêm apenas 23% da área total produtiva do território brasileiro, revelando um descompasso entre a importância desse setor em relação ao apoio que lhe é dirigido.

Os trabalhadores enfrentam diversas barreiras no acesso a programas de desenvolvimento rural em função de processos burocráticos, falta de infraestrutura e limitações de financiamento, cenário que evidencia os reflexos das políticas neoliberais que, em grande parte, favoreceram o fortalecimento do agronegócio voltado para a exportação de commodities, em detrimento da produção diversificada de alimentos para o mercado interno. Conforme sugerem os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o agronegócio contribui significativamente para o Produto Interno Bruto brasileiro, mas seu foco em monoculturas de exportação acentua as desigualdades no campo e agrava os desafios enfrentados pelos pequenos agricultores. Esse desequilíbrio se torna especialmente evidente em situações de crise, como as enchentes que atingiram o Rio Grande do Sul em maio de 2024, onde as perdas no setor agrícola familiar foram devastadoras, tanto pela destruição de plantações quanto pela falta de infraestrutura adequada para lidar com os desastres naturais.

As políticas de mitigação de desastres, embora existentes, são insuficientes para atender à complexidade das necessidades desse setor. Compreender estes aspectos é relevante para avaliar a eficácia na implementação de programas e projetos, bem como entender por que surgem, e em quais contextos sócio-políticos e econômicos são implementados. Portanto, o objetivo é analisar a situação dos trabalhadores rurais após as enchentes e, especificamente, identificar as necessidades mais urgentes que podem ter agravado a situação de pobreza e desigualdade no campo.

2. METODOLOGIA

¹ Melina Rodrigues Teixeira, mestranda da Universidade Federal de Pelotas, na linha de pesquisa Estado e Constituição. Bolsista Capes.

² Daniel Lena Marchiori Neto, doutor em Direito e professor da Universidade Federal de Pelotas.

A metodologia utilizada no presente trabalho foi a consulta bibliográfica bem como análise de dados coletados por instituições de monitoramento, organizando-se o texto da seguinte maneira: no primeiro momento apresentamos a situação em que se encontra os trabalhadores do setor após a catástrofe, seguido de uma análise das consequências da devastação. Por fim, analisa-se o impacto climático sobre o setor e as formas de reestruturação no estado brasileiro do Rio Grande do Sul.

3. A AGRICULTURA FAMILIAR NAS ENCHENTES DE MAIO DE 2024

Ao nos debruçarmos sobre a temática do trabalhador do campo, é indispensável pensarmos também no impacto das mudanças climáticas em relação a esse setor econômico, cuja produção é responsável pelo alimento da população do país. Os pequenos agricultores enfrentam dificuldades adicionais devido à desigualdade no acesso a recursos e tecnologias que poderiam ajudar na adaptação às mudanças climáticas. Enquanto grandes produtores podem investir em sistemas de irrigação, estufas e outras tecnologias de mitigação, os pequenos agricultores geralmente não têm os recursos financeiros ou o acesso ao crédito necessário para fazer esses investimentos.

Nesse contexto, as enchentes de maio de 2024 no Rio Grande do Sul evidenciaram uma realidade ainda mais difícil, pois além das irreparáveis perdas humanas e materiais nas cidades, o setor agrícola foi impactado nas lavouras, na armazenagem e na logística. Mais de 206 mil propriedades rurais foram afetadas, com perdas na produção e na infraestrutura, segundo consta no Relatório de perdas referente à maior calamidade climática que atingiu o Rio Grande do Sul, divulgado pelas secretarias da Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação (SEAPI) e de Desenvolvimento Rural (SDR). O Rio Grande do Sul é um estado de grande importância na produção nacional e mundial de commodities, sendo o principal estado na produção de arroz, o segundo maior em produção de soja, além de ter grande relevância na produção de milho, trigo, entre outros, respondendo por 68% da produção de arroz do país, conforme indica o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Também na pecuária, mesmo em regiões menos afetadas pelas chuvas, milhares de animais enfrentaram o risco iminente de falta de alimentos, além danos à infraestrutura, interrupções no abastecimento, falta de funcionários e paralisação das atividades de abate. Uma vasta extensão de pastagens foi prejudicada, situação que traz uma previsão de impacto direto na produção de leite e de carne nos próximos meses. Conforme levantamento da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), o estado produz 11% da produção de carne de frango e 19,8% da produção de suínos nacional, que são direcionados para consumo nas gôndolas do próprio estado e para a exportação.

Diante da maior tragédia no campo da história do estado, emergencialmente, o Ministério da Agricultura e Pecuária suspendeu a cobrança das dívidas dos produtores rurais do Rio Grande do Sul por 90 dias, e o governo federal, com o objetivo de evitar especulação financeira e estabilizar o preço do arroz nos mercados de todo o país, editou a Medida Provisória nº1217/24, que determinou a importação do grão pela Companhia Nacional de Abastecimento. Para os beneficiários de políticas públicas vitais à sua sobrevivência, as enchentes acabam por dificultar o acesso a créditos e assistência, muitos vitimados pela destruição das propriedades e perda de documentos e registros necessários para acessar esses benefícios, tornando o processo burocrático ainda mais penoso e atrasando

o apoio que é indispensável. Além dos impactos econômicos, as enchentes trazem um forte componente de sofrimento psicológico e social, já que camponeses enfrentam o trauma de verem suas propriedades e modos de vida destruídos em pouco tempo.

4. ADAPTAÇÃO E MUDANÇA: FORMAS DE ECONOMIAS AGRÍCOLAS COM ATENÇÃO ÀS QUESTÕES CLIMÁTICAS

Diante de tudo que se viu no decorrer de maio e os meses que se seguiram, certo é que não existe fórmula mágica para a recomposição do setor agrícola familiar, que exige uma mudança estrutural no modelo de manejo ambiental e de produção. É urgente e necessário enfrentar a realidade das mudanças climáticas e o impacto destrutivo de práticas econômicas de lucro incessante, que desconsidera os limites dos recursos naturais. Mais do que isso, é fundamental a busca por um modelo agrícola mais resiliente, especialmente quando as enchentes e outros eventos climáticos extremos se tornam cada vez mais frequentes.

Conforme considera SCHMITT (2019), um bom começo é a transição para práticas agroecológicas que não apenas respeitam os ciclos naturais, mas também protegem os ecossistemas agrícolas contra eventos climáticos extremos. O autor traz um exemplo que acontece em Cuba, que passou por uma transformação na agricultura adotando em larga escala a agroecologia, que ajudou aos pequenos agricultores a desenvolverem sistemas agrícolas mais diversificados e resistentes às intempéries, cuja abordagem também reduz a dependência de insumos externos e contribui para a regeneração dos solos, além de oferecer mais segurança alimentar aos agricultores familiares.

Tão importante quanto o modelo de produção responsável, é a forma de trabalho coletivo, pois fortalecer o cooperativismo e as redes de produção solidária podem melhorar a resiliência do setor, aumentando o acesso dos pequenos agricultores aos recursos e mercados. No Brasil, cooperativas agrícolas e movimentos como o MST³ já mostraram seu potencial de organização e solidariedade. Ampliar essas redes, com apoio governamental e financiamento adequado, poderia aumentar a capacidade de resposta e recuperação dos trabalhadores camponeses em situações de crise.

Aliados a essas iniciativas, é crucial o apoio governamental e cooperação internacional para criar políticas que fortaleçam a agricultura familiar e enfrentem a crise climática, mas isso tudo não se sustenta sem uma abordagem focada no fortalecimento das capacidades locais, com políticas públicas que reconheçam a importância da agricultura familiar para a segurança alimentar e o desenvolvimento rural. Outro exemplo significativo trazido por SCHMITT (2019) está no Equador, que se destaca nesse aspecto com a sua Lei de Soberania Alimentar, que prioriza a agricultura familiar na formulação de políticas nacionais. O autor demonstra que a legislação equatoriana promove o acesso à terra, crédito e assistência técnica, além de estimular a diversificação da agricultura, garantindo que os pequenos agricultores sejam protegidos contra crises e flutuações de produção de mercado.

ZHANG e DONALDSON (2010), mostram que a China introduziu várias práticas de agricultura sustentável no contexto do seu modelo de socialismo de mercado, especialmente nas últimas décadas, quando o país passou a enfrentar questões como a manipulação ambiental e a necessidade de segurança alimentar, parte de um esforço governamental mais amplo para converter terras agrícolas em

³ Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

sistemas agroecológicos sustentáveis. Os autores indicam que essas iniciativas têm como objetivo equilibrar o desenvolvimento agrícola com a conservação ambiental, além de promover a agricultura familiar em algumas regiões. Práticas de plantio misto de árvores e cultivos agrícolas (agroflorestas) têm ajudado a restaurar a biodiversidade e melhorar a qualidade do solo, ao mesmo tempo em que aumentam a resiliência das plantações a condições climáticas adversas.

Esses exemplos internacionais oferecem uma visão de como a agricultura familiar pode ser revitalizada por meio de políticas públicas bem delineadas, tecnologias específicas e com o fortalecimento das estruturas coletivas de produção e comercialização. A aplicação dessas experiências ao contexto do Rio Grande do Sul não apenas auxiliaria na recuperação pós-enchente, mas também garantiria a sustentabilidade e o desenvolvimento contínuo do setor a longo prazo.

5. CONCLUSÕES

A crise climática afeta profundamente os pequenos agricultores, trazendo uma série de desafios que ameaçam sua sobrevivência e a sustentabilidade da produção. Esses trabalhadores são especialmente vulneráveis devido à sua menor capacidade de adaptação às mudanças climáticas em comparação com grandes produtores, se fazendo necessário uma nova abordagem de produção no setor, que contemple formas de habitar o planeta sem agravar a crise de escassez de insumos naturais gerada por um sistema econômico predador e exploratório. A cooperação internacional é um caminho a se percorrer na busca da justiça climática e redução das desigualdades como um todo.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. **O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. Economia Aplicada.** São Paulo, vol. 4, 2000.
- AGUM, R.; RISCADO, P.; MENEZES, M. **Políticas Públicas: Conceitos e Análise em Revisão. Revista Agenda Política**, v.3, 2015.
- FAO/INCRA. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável.** Brasília: Projeto de Cooperação Técnica UTF/BRA/036, 1994.
- SCHMITT, E; YI, Z. **Desenvolvimento agrícola sustentável na China: passado e presente.** Sustentabilidade, 2019.
- ZHANG, QF; DONALDSON, JA. **De camponeses a fazendeiros: diferenciação camponesa, regimes trabalhistas e instituições de direitos à terra na transição agrária da China.** Journal of Agrarian Change , 2010.
- WEN, Tiejun. **Civilização ecológica e o caminho agrícola da China.** Monthly Review, 2006.
- IBGE. **Censo agropecuário de 2017.** Portal do Governo Federal, Brasília, 2 de out. 2024. Acessado em 2 out. 2024. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/>. CONGRESSO NACIONAL.
- Medida Provisória nº 1217/2024. Acessado em 5 de out de 2024. Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidasprovisorias//mpv/163438#:~:text=Autoriza%20a%20Companhia%20Nacional%20de,do%20Rio%20Grande%20do%20Sul.>